



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Onde há serenidade e justiça reina a paz.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

CONCURSO PÚBLICO

CARGO:
AGENTE DE POLÍCIA

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: TARDE



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 12

1 A figura do jovem revoltado precisa ser reexaminada. Seu comportamento não se explica pela fome nem pela miséria absoluta. Pelos seus próprios
4 depoimentos, recolhidos em conversas fora dos inquéritos policiais, um grande móvel para sua adesão ao crime do tráfico de drogas é o enriquecimento rápido. Após a
7 gradual conversão aos valores da violência e da nova organização criminosa montada no uso constante da arma de fogo, esse jovem descobre os prazeres da vida de rico e com ela se identifica. Seu consumo passa a ser uma cópia
10 exagerada, orgiástica, do que entende ser o luxo do rico: muita roupa, carros, mulheres, uísque (bebida de “bacana”) e muita cocaína (coisa de gente fina). No entanto, é um
13 iludido: com o ganhar fácil, porque seu consumo orgiástico, excessivo, o deixa sempre de bolso vazio, a repetir compulsivamente o ato criminoso; com o poder da
16 arma de fogo, que o deixa viver por instantes um poder absoluto sobre suas vítimas, mas que acaba colocando-o na mesma posição diante dos quadrilheiros e policiais mais
19 armados do que ele; com a possibilidade, enfim, de que, apesar de jovem e pobre, vai “se dar bem” e sair dessa vida de perigos e medos.

22 É possível afirmar que, ao contrário do que se diz, a criminalidade violenta diminui, a médio e longo prazos, a renda familiar dos pobres. O crime organizado, por suas
25 características empresariais ilegais, é altamente concentrador de renda. Não sofre nenhum tipo de limitação das leis de mercado, de preços ajustados, de salários mínimos estipulados, de direitos trabalhistas para os seus
28 peões. O crime organizado trafega nos preços cartelizados e na punição com a morte daqueles que ousam desobedecer à ordem e à vontade do chefe ou simplesmente denunciá-lo. Os pequenos traficantes da favela, apesar de
34 todo o aparato militar, na verdade, estão ajudando a enriquecer aqueles que controlam o tráfico de drogas em toneladas e o contrabando de armas, o receptor, o
37 funcionário público corrupto, o advogado criminal, e assim por diante. Pouquíssimos jovens saídos das camadas pobres conseguem se estabelecer, mas todos contribuem
40 para enriquecer outros personagens que continuam nas sombras e que são os principais beneficiários das cifras da criminalidade. Os efeitos da guerra clandestina já se fazem
43 sentir na população que abriga os bandidos identificados como tal: como as mortes violentas atingem principalmente homens jovens em idade produtiva, as famílias se veem
46 privadas daqueles que seriam os mais importantes contribuintes para a renda familiar.

Alba Zaluar. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 65-66 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, com base nas ideias do texto.

- 1 O “consumo” (ℓ.10) a que se refere o texto é o de drogas e de armas, que faz que o jovem revoltado se sinta como um jovem abastado.
- 2 Infere-se da leitura do texto que, se o jovem traficante não cometesse os excessos relatados, suas expectativas de mudança de vida poderiam se concretizar, e ele deixaria de ser “um iludido” (ℓ.13-14).
- 3 Segundo o texto, jovens advindos das classes sociais mais baixas raramente conseguem se estabelecer porque são assassinados ou perseguidos por aqueles que controlam o tráfico em grande escala.
- 4 De acordo com o texto, em geral, a prática do crime mencionado afeta negativamente a renda da família do jovem criminoso porque a morte desse jovem em virtude do envolvimento com o crime reduz o número de pessoas economicamente ativas por família.
- 5 É possível identificar, no texto, uma estrutura dissertativa, com a defesa de ideias relacionadas à causa do comportamento do jovem criminoso e às consequências desse comportamento na vida financeira de sua família, adicionada de argumentação que visa sustentar os pontos de vista apresentados.
- 6 O texto defende que a fome e a miséria não têm relação com o comportamento do jovem que se envolve com o tráfico de drogas.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens seguintes.

- 7 Mantendo-se a correção gramatical do texto e seu sentido original, no trecho “um grande móvel para sua adesão ao crime do tráfico de drogas é o enriquecimento rápido” (ℓ.5-6), o termo “móvel” poderia ser substituído por **meio**.
- 8 O emprego das aspas em ‘bacana’ (ℓ.12) e ‘se dar bem’ (ℓ.21) justifica-se por destacar o sentido conotativo que essas expressões adquirem no texto.
- 9 O trecho do texto composto pelo segundo e pelo terceiro períodos do segundo parágrafo do texto poderia, sem prejuízo do seu sentido original, ser reescrito da seguinte forma: O crime organizado é altamente concentrador de renda, porquanto apresenta características empresariais ilegais: não sofre nenhum tipo de limitação das leis de mercado, de preços ajustados, de salários mínimos estipulados, de direitos trabalhistas para os seus peões.
- 10 Os elementos que compõem a enumeração no trecho “o tráfico de drogas em toneladas e o contrabando de armas, o receptor, o funcionário público corrupto, o advogado criminal” (ℓ.35-37) complementam o sentido da forma verbal “controlam” (ℓ.35).
- 11 Na linha 15, a partícula “o” poderia ser corretamente deslocada para imediatamente depois da forma verbal “deixa” — escrevendo-se **deixa-o** —; na linha 17, entretanto, deslocamento semelhante — “o deixa” para **deixa-o** — acarretaria prejuízo para a correção gramatical do texto.
- 12 Sem prejuízo da correção gramatical do texto e do seu sentido original, o trecho “com a possibilidade, enfim, de que” (ℓ.20) poderia ser substituído por **e, enfim, por que possivelmente**.

Texto para os itens de 13 a 21

1 Na cidade do Rio de Janeiro, são registrados, em
 média, 5.200 casos de desaparecimento por ano. Alguns dos
 desaparecidos voltam para casa dias depois; outros, para
 4 desespero dos familiares, são encontrados mortos — em
 ocorrências que variam de acidentes, como atropelamento ou
 afogamento, a assassinatos.

7 Centenas de casos, no entanto, ficam sem solução.
 Uma policial civil resolveu investigá-los formalmente. Foram
 avaliados cerca de duzentos casos não solucionados de
 10 desaparecimento, ocorridos entre janeiro de 2010 e dezembro
 de 2010. “A falta de materialidade do corpo difere o
 desaparecimento de qualquer outro crime, o que dificulta
 13 imensamente a investigação”, explica a policial.

De fato, o desaparecimento é tão diferente de outros
 crimes que nem se encaixa nessa categoria — ou seja, não é
 16 tipificado no Código Penal. Quando a família vai fazer o
 registro de ocorrência, o caso é tratado apenas como “fato
 atípico”, uma espécie de acontecimento administrativo.

19 A consequência desse tipo de registro não é das
 melhores, afirma a policial. “O tratamento destinado à maioria
 dos casos de desaparecimento não é prioritário; afinal, não se
 22 trata da investigação de um crime. Entre apurar um crime e um
 fato atípico, na lógica policial, é preferível apurar o primeiro.”

A policial civil defende que não apenas seja revisto o
 25 tipo de registro atribuído ao desaparecimento, mas também que
 o próprio inquérito seja realizado com mais atenção pelos
 policiais. “Em 45% dos casos, por exemplo, não se informa se
 28 o desaparecido tem ou não algum problema mental”, diz. “É
 uma omissão muito grande não se preocupar em colocar esse
 dado na ocorrência, pois ele constitui informação essencial”,
 31 ressalta.

Thiago Camelo. **Desaparecidos sociais**. Internet:
 <<http://cienciahoje.uol.com.br>> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, a respeito das ideias e estruturas
 linguísticas do texto.

13 Seriam mantidos o sentido original do texto e a sua correção
 gramatical, caso a preposição **de** fosse inserida logo após a
 forma verbal ‘difere’ (ℓ.11).

14 O emprego do sinal indicativo de crase em ‘à’ (ℓ.20) é
 facultativo, razão por que sua retirada não acarretaria prejuízo
 para a correção gramatical do texto.

15 A forma pronominal “los”, em “investigá-los” (ℓ.8), retoma o
 antecedente “casos de desaparecimento” (ℓ.2).

16 A supressão da vírgula empregada logo após “ocorrência”
 (ℓ.17) prejudicaria a correção gramatical do texto.

17 Há informação suficiente no texto para se concluir
 corretamente que, apesar de haver muitos casos não
 solucionados de desaparecimento no Rio de Janeiro, a maior
 parte deles é resolvida pela polícia.

18 De acordo com o texto, desaparecimento é o tipo de crime
 mais difícil de ser investigado, pela falta de materialidade do
 corpo.

19 A informação acerca da sanidade mental do desaparecido
 contribui na investigação do desaparecimento pela polícia.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma proposta de
 reescritura para trecho do texto indicado. Julgue-os quanto à
 correção gramatical e à manutenção do sentido original do texto na
 reescritura apresentada.

20 “A policial civil... policiais.” (ℓ.24-27): **A policial civil
 defende que o tipo de registro atribuído à desapareição seja
 revisto e que o inquérito seja efetuado com mais atenção
 pelos policiais.**

21 “A consequência... melhores, afirma a policial.” (ℓ.19-20): **O
 resultado desse registro é auspicioso, afirma a policial.**

1 Em alguns países, as porcentagens de ingresso de
mulheres na força policial vêm se incrementando
consideravelmente nos últimos tempos. Na Alemanha, esse
4 índice fica entre 40% e 50%. Ainda assim, não podemos falar
de uma autêntica representatividade feminina na polícia, pois,
em outros países onde ela é também elevada, os percentuais
7 chegam a apenas 20%. No caso das polícias metropolitanas de
Londres, da Inglaterra e de Gales, por exemplo, a participação
das mulheres é de 14%; na Grécia e na Estônia, de 15%.

10 No Brasil, a concentração de entrada das mulheres na
polícia deu-se na década de 80 do século passado, coincidindo
com um momento de crise da própria instituição policial, que,
13 por sua vez, refletia uma crise mais ampla do modo de
organização do trabalho nas sociedades contemporâneas. O
trabalho policial, que vinha sendo visto, necessariamente, como
16 uma ocupação masculina, passa desde então por mudanças, na
medida em que entram em crise valores característicos da
organização, como a força física e a identificação tradicional
19 com a figura masculina. Passou-se a buscar outros valores
condizentes com a realidade atual, como a inteligência, a
capacidade de resolução de conflitos, a inovação e o trabalho
22 em equipe.

Márcia Esteves de Calazans. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã.** Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, com relação às ideias e às estruturas do texto.

- 22 Na linha 12, o pronome “que” faz referência à “crise da própria instituição policial”.
- 23 A retirada das vírgulas que seguem os nomes “policial” (l.15) e “masculina” (l.16) alteraria o sentido original do texto, mas manteria a sua correção gramatical.
- 24 Infere-se do texto que o aumento no contingente policial feminino é uma realidade mundial.
- 25 Atualmente, no Brasil, a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe são aspectos valorizados no trabalho policial.

Considerando o que dispõe o **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens de 26 a 31.

26 Os princípios constitucionais da publicidade e da impessoalidade devem ser balizadores do padrão textual utilizado pelo poder público na redação de seus atos e comunicações.

- 27 O caráter impessoal do assunto tratado nas comunicações oficiais deve restringir o uso dos documentos oficiais a situações relacionadas ao interesse público, não cabendo tom particular ou pessoal na redação desses documentos.
- 28 Considerando-se que o signatário de um expediente oficial seja o procurador-geral da República, o fecho **Respeitosamente** é apropriado no caso de esse expediente ter como destinatário o presidente da República.
- 29 O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas ao chefe do Poder Executivo da República Federativa do Brasil é **Excelentíssimo Senhor**.
- 30 Os documentos do padrão ofício têm por finalidade exclusiva estabelecer comunicação de temas oficiais de forma eminentemente interna a um órgão público, primando pela agilidade e objetividade no trato de suas matérias.
- 31 Apesar da basilar orientação quanto à utilização do padrão culto da linguagem na redação dos documentos no padrão ofício, é desnecessário seguir uma estruturação rígida no que diz respeito à diagramação desses documentos.

A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos.

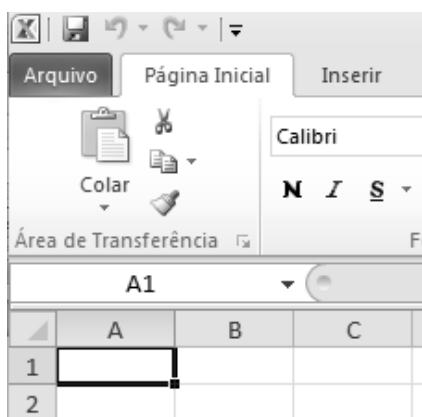
Manual de Redação da Presidência da República.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.



- 32 Dada a necessidade de se conferir formalidade à redação oficial, o uso do tratamento digníssimo (DD) é indicado nas comunicações dirigidas a autoridades superiores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- 33 A redação da correspondência oficial deve se pautar pela correção gramatical e pelo uso de linguagem clara; por isso, expressões de cunho regional devem ser utilizadas em documentos expedidos pelo poder público.
- 34 A concisão, recurso que impõe objetividade à redação oficial, deve compreender o âmbito vocabular, evitando-se o emprego de construções redundantes e palavras desnecessárias.
- 35 A forma de apresentação dos atos oficiais, observada nos padrões de diagramação estabelecidos no **Manual de Redação da Presidência da República**, é reflexo da necessidade de padronização das comunicações expedidas pelos órgãos públicos.

A respeito de conceitos básicos relacionados à informática e de tecnologias de informação, julgue os itens a seguir.

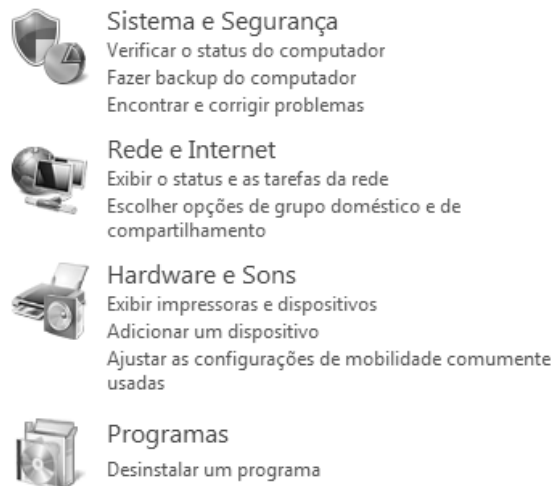
- 36 Caso o sistema operacional, ao se instalar um *hardware* em um computador, não reconheça automaticamente esse dispositivo, o problema será sanado ao se instalar o *driver* correspondente ao dispositivo, o que permitirá que o sistema operacional utilize o *hardware* em questão.
- 37 Ao se ligar um computador convencional, a BIOS (*Basic Input Output System*), responsável pelos *drives* do *kernel* do sistema operacional, carrega o disco rígido e inicia o sistema operacional.
- 38 Para que uma impressora com padrão do tipo USB 1.0 se comunique com um computador com Windows XP, é necessário que a comunicação seja realizada com uma porta USB 1.0 desse computador, devido à restrição de compatibilidade de transferência de dados da tecnologia USB 1.0 com a 2.0 para impressoras.



Considerando a figura acima, que ilustra parte de uma janela do Excel 2010 em execução em um computador com sistema operacional Windows 7, julgue os itens subsequentes.

- 39 Considere que o número 200 seja inserido na célula A1 e o número 100 seja inserido na célula A2. Nessa situação, para que o resultado do produto do conteúdo das células A1 e A2 conste da célula B1, é correto que o conteúdo da célula B1 tenha a seguinte sintaxe: =A2*A1.
- 40 A ferramenta , cuja função é recortar, pode ser acessada, também, por meio das teclas de atalho Ctrl+X.
- 41 Por meio da ferramenta , é possível, entre outras tarefas, copiar o conteúdo da área de transferência do Windows e colá-lo na célula desejada, sendo possível, ainda, formatar o estilo de uma célula em moeda, por exemplo.

Ajuste as configurações do computador



Considerando a figura acima, que ilustra parte do Painel de Controle do sistema Windows 7, julgue os itens subsequentes.

- 42 Para executar o navegador Internet Explorer, é suficiente clicar o ícone Rede e Internet.
- 43 Ao se clicar o ícone Sistema e Segurança, é possível verificar as configurações do Windows Update.

Na realização de pesquisa de determinado assunto no sítio de buscas Google,

- 44 para que sejam retornados dados que não contenham determinada palavra, deve-se digitar o símbolo de menos (-) na frente da palavra que se pretende suprimir dos resultados.
- 45 as aspas indicam ao buscador que o assunto descrito fora das aspas deve ser considerado na pesquisa e o assunto descrito entre as aspas deve ser desconsiderado.
- 46 o símbolo + indica ao buscador que o termo que o sucede deve ser adicionado de 1 na quantidade de referências encontradas.

Acerca dos atributos de arquivo utilizados no ambiente Windows 7, julgue os itens que se seguem.

- 47 O atributo que indica quando um arquivo foi acessado apresenta a data em que esse arquivo foi acessado pela primeira vez.
- 48 Arquivos com extensão do tipo *.exe*, *.com* e *.bat* não podem ser ocultados no sistema operacional.

No que se refere à segurança da informação em redes de computadores, julgue os itens seguintes.

- 49 A rede privada virtual (VPN) do tipo *site-to-site* constitui-se, entre outros elementos, de um canal de comunicação criptografado entre dois *gateways* de rede.
- 50 Um *firewall* do tipo *statefull* não verifica o estado de uma conexão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da Constituição Federal e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 51** As normas constitucionais de eficácia limitada dependem da intervenção legislativa para produzirem seus principais efeitos, ou seja, necessitam de norma infraconstitucional integradora para a sua aplicação.
- 52** No Brasil, a pena é personalíssima, não podendo passar da pessoa do condenado, razão por que a obrigação de reparar o dano não pode ser estendida aos sucessores do condenado ou contra eles executada.
- 53** O uso de algemas durante audiência de instrução e julgamento pode ser determinado pelo magistrado quando presentes, de maneira concreta, riscos a segurança do acusado ou das pessoas ao ato presentes.
- 54** A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada democrática e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

A respeito do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do processo legislativo e do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 55** O Poder Legislativo Federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A inauguração da sessão legislativa é feita em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 56** O processo legislativo ordinário ou comum, caracterizado pela sua maior extensão, é o que se destina à elaboração das leis ordinárias e das leis complementares.
- 57** O Poder Judiciário é autônomo e independente, dele fazendo parte, entre outros órgãos, o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.
- 58** O presidente da República possui competências privativas de chefe de Estado e de chefe de Governo, sendo uma de suas atribuições decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

No que se refere à segurança pública e à ordem social, julgue os itens subsequentes.

- 59** A remoção dos grupos indígenas de suas terras é proibida pela Constituição Federal, exceto em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco a população indígena, ou ainda no interesse da soberania do País, desde que, em todos os casos, haja referendo do Congresso Nacional.
- 60** Os estados-membros não podem criar órgão de segurança pública diverso daqueles previstos na Constituição Federal.

O Direito constitui uma linguagem prescritiva criada para disciplinar os comportamentos humanos, tornando possível a vida em sociedade.

Alexandre Mazza.

Considerando que essa premissa é aplicada em relação a qualquer ramo do Direito e tendo como foco os elementos norteadores do direito administrativo, julgue os itens de **61** a **65**.

- 61** No que se refere aos requisitos de um ato administrativo, é considerado defeito grave em relação ao sujeito a situação em que o particular, não agente público, pratica ato privativo da Administração, constituindo, inclusive, causa de nulidade da atuação administrativa.
- 62** Com relação à organização da Administração Pública, centralização desconcentrada compreende a atribuição administrativa conferida a uma única pessoa jurídica dividida internamente em diversos órgãos públicos, como se faz em relação aos ministérios.

- 63** A supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público se constituem em supraprincípios, que refletem a dualidade existente no exercício da função administrativa.
- 64** Em se tratando das espécies dos atos administrativos, a renúncia à função pública deve ser entendida como tipo de ato enunciativo.
- 65** O ato anulatório quando comparado ao ato administrativo é ato primário, discricionário e declaratório.

Considerando que o desempenho da atividade na Administração compreende exercício de um poder conferido pelo Estado ao agente público, e, em decorrência disso, gera responsabilidade, julgue os próximos itens.

- 66** Na comparação entre a polícia administrativa e a polícia judiciária, tem-se que a natureza preventiva e repressiva se aplica igualmente às duas.
- 67** São características do poder de polícia, entre outras, a natureza restritiva da atividade e a sua capacidade de limitar a liberdade e a propriedade, que são valores jurídicos distintos.
- 68** A aplicação de pena a um servidor público constitui exemplo de exercício de poder hierárquico.
- 69** Um policial que estiver exercendo a função de comando pode chamar para si a competência de um agente subordinado, em caráter excepcional. Contudo, não poderá fazê-lo em relação a um colega de comando.
- 70** Um agente público que produza dano ao particular obriga o Estado a indenizar o particular, desde que a vítima comprove que a omissão é a causa do prejuízo.

João, namorado de Ana, acha que ela um dia, no passado, o traiu com Pedro, seu vizinho, que é muito forte. Em uma ocasião, chegando à casa de Ana, encontrou Pedro no portão e imediatamente passou a agredi-lo verbalmente. Em seguida, atacaram-se e, na briga, João, que estava apanhando, usou uma navalha que carrega sempre consigo para furar Pedro na barriga. Pedro não morreu, mas ficou internado em hospital por dois meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 71** João não poderá alegar legítima defesa, pois utilizou navalha para revidar agressões de homem desarmado.
- 72** Caso caracterizada a tentativa de homicídio, a pena aplicada será reduzida de um a dois terços da pena correspondente ao crime consumado.
- 73** O homicídio e a lesão corporal são classificados como crimes contra a pessoa.
- 74** A conduta de João configura tentativa de homicídio ou lesão corporal de natureza grave, a depender do elemento subjetivo de João, a ser revelado com base em elementos fáticos apurados na investigação e no processo.

A respeito de princípios gerais do direito penal, julgue os itens a seguir.

- 75** Em caso de urgência, a definição do que é crime pode ser realizada por meio de medida provisória.
- 76** Cessado o estado de guerra, as leis excepcionais editadas para valer durante o referido período tornam-se ineficazes, devido à *abolitio criminis*.
- 77** A teoria da atividade, adotada pelo Código Penal Brasileiro, considera praticado o crime no momento em que ocorre o resultado.
- 78** As leis penais devem ser interpretadas sem ampliações por analogia, salvo para beneficiar o réu.
- 79** A lei penal mais severa aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente iniciados antes da referida lei, se a continuidade ou a permanência não tiverem cessado até a data da entrada em vigor da *lex gravior*.

Conforme auto de prisão em flagrante, no dia 14/10/2012, por volta de 20 h e 15 min, Reginaldo, livre e conscientemente, em companhia e com unidade de designios com os adolescentes W. G. e J. H., subtraiu para si diversos objetos da residência da vítima, Claudete, que estava viajando. A ação foi vista por um vizinho, que chamou um conhecido seu, policial militar, para coibir o crime. Chegando à rua onde fica a residência de Claudete, o policial encontrou Reginaldo na posse de um carrinho de supermercado cheio de objetos que haviam sido subtraídos da residência. No momento do encontro, Reginaldo estava acompanhado dos dois adolescentes, W. e J., o primeiro com internações pela prática de atos infracionais e o segundo sem qualquer antecedente, mas ambos carregando objetos retirados da residência de Claudete, onde posteriormente foram encontradas impressões digitais de todos os três.

Tendo em vista a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir acerca dos crimes praticados por Reginaldo.

- 80** Há concurso material, pois, com uma única conduta, Reginaldo cometeu dois crimes distintos.
- 81** O furto praticado por Reginaldo não é qualificado pelo concurso de agentes, tendo em vista os coautores serem menores e, portanto, inimputáveis.
- 82** Reginaldo praticou o delito de furto qualificado e o crime de corrupção de menores.

A delegacia de entorpecentes recebeu ligação telefônica comunicando que havia comércio de drogas em determinada residência. Agentes dirigiram-se ao local e, por campana, verificaram que muitas pessoas entravam e saíam da residência, permanecendo ali, pouco tempo. Os agentes obtiveram mandado judicial de busca e retornaram ao local, onde apreenderam oitenta saquinhos, cada um com exatamente 30 g de maconha, e vinte plantas em vasos, do mesmo vegetal, em uma varanda. O morador e proprietário, Marco, que estava no local, portava em seus bolsos 20 munições aparentemente intactas para revólver calibre 38. Marco alegou ser usuário de drogas há dez anos, que as plantas cresceram porque ele enterrava sementes nos vasos de sua mãe, enquanto preparava os cigarros de maconha para seu consumo; disse que não tinha arma nem autorização alguma para portar arma, mas admitiu ser o proprietário da munição, que disse ter comprado de um desconhecido na rua; disse que as pessoas que entravam e saíam na casa eram amigos, mas não quis dar nome e telefone de nenhum.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 83** A plantação ilícita deve ser imediatamente destruída pela polícia, enquanto a destruição da droga embalada deve aguardar prévia autorização do juiz e presença de representante do Ministério Público para ato de incineração, sempre com cautelas para preservação das provas.
- 84** É inafiançável o crime de tráfico ilícito de drogas previsto na Lei Antidrogas, mas a pena pode ser reduzida se o condenado for primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa.
- 85** O porte ilegal de munição, mesmo que não localizado o revólver correspondente, configura crime segundo a Lei do Desarmamento, punível com reclusão e multa.

Analu procurou a delegacia e narrou estar sendo agredida fisicamente por seu marido. Disse que as agressões são cada vez mais graves e que, naquele dia, a surra foi tão grande que ela desmaiou e, quando acordou, viu que ele a deixara sem socorro no local e, ainda, cortara os cabelos dela com uma faca. Apavorada, fugiu de casa, indo à delegacia a pé, com o filho de dois anos e a roupa do corpo. Informou ao delegado ser a proprietária exclusiva do imóvel onde reside o casal, e que quer o afastamento do marido do lar e que ele seja impedido de aproximar-se dela e de seu filho.

Considerando essa situação hipotética e com base na Lei Maria da Penha, julgue os itens seguintes.

- 86** Lavrada a ocorrência, caberá à polícia, no prazo de 48 horas, remeter em expediente apartado o pedido de medidas protetivas de urgência formulado pela ofendida ao juiz, que poderá deferi-las independentemente de oitiva do Ministério Público.
- 87** Os crimes praticados pelo marido de Analu são de menor potencial ofensivo: lesão corporal simples e omissão de socorro. Nessa situação, a pena não poderá ser superior a dois anos, sendo competente o Juizado Especial Criminal para julgá-los.

Com relação aos crimes contra a Administração Pública, julgue os itens subsequentes.

- 88** Pratica corrupção passiva um agente de polícia que recebe dinheiro da vítima para utilizá-lo na aquisição de gasolina para a viatura, a fim de ir ao local do crime investigar.
- 89** Caracteriza corrupção ativa oferecer vantagem indevida a policial militar, ainda que em horário de folga e à paisana, para que este se omita quanto a flagrante que presenciou.
- 90** O particular pode ser sujeito ativo do crime de peculato, se agir em concurso de agentes com servidor público, no caso de o particular estar ciente dessa condição do comparsa.

Acerca do inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

- 91** Segundo a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, a participação do membro do Ministério Público na fase de investigação policial não acarreta nem o seu impedimento nem a sua suspeição para o oferecimento da denúncia.
- 92** Considere que a autoridade policial tenha instaurado inquérito para apurar a prática de crime cuja punibilidade fora extinta pela decadência. Nessa situação, ao tomar conhecimento da investigação, o acusado poderá se valer do *habeas corpus* para impedir a continuação da investigação e obter o trancamento do inquérito policial.
- 93** Considere que um famoso *reality show* apresentado por grande emissora de televisão tenha apresentado ao vivo, para todo o país, a prática de um crime que se processa mediante queixa-crime. Nessa situação, ao tomar conhecimento desse fato criminoso, a autoridade policial deverá instaurar inquérito policial, *ex officio*, para apurar a autoria e materialidade da conduta delitiva.
- 94** Considere que Mateus tenha comparecido às 8 horas da manhã do dia 5/11/2012 a uma delegacia de polícia e tenha noticiado que seu irmão Francisco fora vítima de um crime que se processa mediante ação penal pública incondicionada, sem que houvesse sido identificado o criminoso. Considere, ainda, que, às 22 horas do mesmo dia, os agentes de polícia já haviam apurado a autoria do sobredito delito. Nesse caso, se a autoridade policial localizar o autor do crime até as 8 horas do dia 6/11/2012, poderá prendê-lo em flagrante delito.
- 95** O inquérito policial constitui-se em um instrumento administrativo indispensável ao processamento da ação penal, sendo por meio dele que se apura a autoria e a materialidade da conduta delitiva, mediante indispensável contraditório.

A respeito das provas no processo penal, julgue os itens a seguir.

- 96** Na infração que deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito. Nesse caso, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, poderá suprir a sua falta.
- 97** Segundo o princípio do ordenamento jurídico brasileiro, ninguém está obrigado a produzir prova contra si. Entretanto, no interrogatório realizado perante a autoridade judiciária, se o acusado confessar espontaneamente a prática de um crime, o juiz deverá, independentemente das demais provas, condenar o acusado, já que a confissão constitui prova verossímil em desfavor do réu.
- 98** A responsabilidade criminal do acusado deve ser confirmada por meio de provas legalmente admitidas pelo ordenamento jurídico em vigor. Entretanto, embora o juiz possa se valer das provas colhidas na fase policial, ele deve considerar as provas colhidas na fase judicial, mediante os auspícios do contraditório judicial, não podendo fundamentar a sua decisão exclusivamente nos elementos probantes colhidos na fase policial, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Julgue os itens subsequentes, relativos a prisão.

- 99** A prisão temporária constitui-se em uma espécie de prisão cautelar, admissível na fase das investigações do inquérito policial, mas será decretada pelo juiz, mediante representação da autoridade policial e ou a requerimento do Ministério Público.
- 100** Se, no curso do inquérito policial, o delegado de polícia constatar que o indiciado está ameaçando testemunha ou praticando quaisquer outros atos que prejudique as investigações, ele próprio poderá decretar a prisão preventiva do indiciado.
- 101** Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade policial poderá conceder, ao preso, liberdade provisória mediante fiança, desde que a pena privativa de liberdade máxima imputada ao preso não seja superior a 4 anos.
- 102** Uma vez decretada a prisão preventiva, e revogada por falta de motivos para que subsista, é vedado ao juiz decretá-la novamente.

Com relação à Constituição do Estado de Alagoas, ao Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas (Lei n.º 3.437/1975) e ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei n.º 5.247/1991), julgue os itens seguintes.

- 103** Tanto os servidores policiais civis nomeados em razão de aprovação em concurso quanto os servidores reintegrados devem tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado.
- 104** Além do vencimento, os servidores públicos civis poderão receber indenizações, gratificações e adicionais que poderão ser incorporados ao vencimento.
- 105** A sede do governo do estado de Alagoas será o município de Marechal Deodoro, anualmente, no dia 15 de novembro.
- 106** Os policiais civis, quando invalidados em decorrência de dano à integridade física, serão promovidos ao posto imediatamente superior, com proventos integrais.
- 107** Os cargos de natureza policial poderão ser providos mediante nomeação, que ocorre em caráter efetivo ou em comissão.

Julgue os itens que se seguem acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

- 108** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê a proibição da escravidão e da servidão, assim compreendidos, entre outras hipóteses, os trabalhos forçados exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.
- 109** De acordo com a referida convenção, toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão, porém está sujeita à responsabilidade ulterior e à censura prévia.
- 110** A referida convenção estabelece que somente o casamento, ou a união estável, é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado.
- 111** A usura deve ser reprimida pela lei, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- 112** Apesar de consagrar o direito à vida, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê que a aplicação da pena de morte, para os países que a adotam, pode ser aplicada aos delitos mais graves, incluindo os delitos políticos.

Em relação à perícia médico-legal, julgue os itens seguintes.

- 113** A traumatologia forense estuda o aspecto psicológico médico-legal, tanto da vítima como do autor.
- 114** Considerando-se a imputabilidade do acusado, é necessário que ele não entenda o caráter ilícito do ato que realizou e que não consiga, concomitantemente, determinar-se de acordo com esse entendimento.
- 115** A lesão corporal leve pode ser caracterizada como aquela em que não impede a vítima de realizar as atividades habituais por até trinta dias, como, por exemplo, uma torção no dedo do pé.
- 116** Como causa jurídica de morte pode-se ter: o suicídio, que ocorre quando causado por autolesão; o homicídio, cuja causa é provocada por alguém, que não o morto; acidente, cuja causa não tem nexos com a intenção, ação ou omissão de alguma pessoa.
- 117** Lesão corporal de natureza grave é aquela em que o objeto utilizado para a prática é muito perigoso, como um projétil de arma de fogo, ou aquela resultante da prática de ato com extrema força e violência ou, ainda, com requinte de crueldade.
- 118** Dependendo da quantidade de exercícios físicos, o cadáver pode sofrer fenômenos relacionados ao diagnóstico de morte, como o *rigor mortis*.
- 119** O atestado médico é a afirmação do profissional acerca do fato examinado, já o laudo é o relatório emitido pelo perito, que pode ser o perito médico legista. Nesse caso, trata-se do laudo pericial médico-legal.
- 120** A eletricidade natural ou artificial, o frio, a onda eletromagnética e o som são exemplos de energia que podem provocar lesões corporais.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

A finalidade da *segurança pública* (...) é manter a paz na adversidade, preservando o equilíbrio nas relações sociais. Daí a Carta de 1988 considerá-la um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida, pela *polícia*, para preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, *caput*).

Uadi Lammêgo Bulos. **Curso de direito constitucional**. 6.ª ed., 2011, p. 1429 (grifos do autor).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

A SEGURANÇA PÚBLICA COMO OBRIGAÇÃO DO ESTADO E AÇÃO COLETIVA

Ao redigir seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a responsabilidade do poder público na condução da segurança; [valor: 7,00 pontos]
- ▶ o papel de cada cidadão na efetivação da segurança; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ a importância da polícia na execução da segurança pública. [valor: 6,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos